



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

17/07/2018 ATÉ 17/07/2018

INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	1
	1.2 BLOG DO DE SÁ.....	2
	1.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	3
	1.4 SITE JORNAL DO MARANHÃO.....	4
	1.5 SITE SISTEMA JITIRANA.....	5
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG JAILSON MENDES.....	6
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG GILBERTO LIMA.....	7
	3.2 BLOG SJNOTÍCIASMA.....	8
	3.3 SITE G1 MARANHÃO.....	9
	3.4 SITE JORNAL PEQUENO.....	10
	3.5 SITE MA 10.....	11 12
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 BLOG PAULO ROBERTO.....	13
5	PROJETO MEDIAÇÃO DIGITAL	
	5.1 BLOG PÁGINA 2.....	14
	5.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	15 16
	5.3 SITE TV GUARÁ.COM.....	17

1ª Câmara Cível do TJ/MA recua e garante elegibilidade a Madeira

Ex-prefeito de Imperatriz havia sido condenado e virado ficha-suja. Desembargadores anularam o próprio Acórdão e acolheram apelação do tucano

A maioria dos desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu dar provimento a apelação do ex-prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira (PSDB), no julgamento de recurso contra sentença proferida em Primeira Instância, que condenou o tucano, por malandragem em procedimento licitatório para serviços de limpeza pública, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos.

Em maio do ano passado, o mesmo colegiado chegou a confirmar a condenação de Madeira, tornando-o inelegível, por enquadramento da Lei da Ficha Limpa. Uma semana depois, porém, os mesmos magistrados recuaram e decidiram anular a própria decisão, finalmente encerrando o caso somente agora, mais de um ano depois.

Limparam a ficha do ex-prefeito de Imperatriz os desembargadores Antônio Guerreiro Júnior, Nelma Sarney e Kléber Carvalho, este último designado para lavrar o Acórdão. Apenas a relatora do processo, desembargadora Ângela Salazar, e o desembargador Jorge Rachid negaram provimento aos apelos do tucano, o que manteria a condenação.

Com a nova decisão, que foi ainda contrária ao parecer do Ministério Público do Maranhão, Madeira segue livre, até o momento, para confirmar sua pré-candidatura a deputado federal na eleição de outubro deste ano.

OBRAS EM CLÍNICAS DE HEMODIÁLISE SEGUEM PARADAS NO MARANHÃO

Clínicas de hemodiálise que já deveriam ter sido inauguradas pelo Governo do Estado seguem com obras paradas ou lentas no Maranhão. Enquanto isso, pacientes renais crônicos no interior do Maranhão seguem sofrendo com longas viagens para fazer o tratamento na capital.

Em maio, uma decisão da justiça determinou o bloqueio de um milhão e dez mil reais das contas do governo do estado para a realização das obras, mas nada mudou.

“Quando nós tomamos conhecimento dessa situação, quando tivemos notícias de que pessoas estavam fazendo esse tratamento em situações totalmente extenuantes... cansativas... viajando três vezes por semana, nós começamos a conversar com essas pessoas e reunir as provas. Demos entrada com uma ação civil pública para obrigar o estado a construir esse centro de hemodiálise”, afirmou o defensor público Renan Barros dos Reis.

Quando chegam na capital os pacientes do interior passam quatro horas nas máquinas de hemodiálise, saem debilitados depois do processo agressivo de filtragem do sangue e seguem viagem de volta pra casa.

Na volta são mais cinco horas e só chegam em casa no fim da noite. Maria Amorim de Souza, paciente renal de Chapadinha, precisa madrugar para conseguir a condução que a levará até São Luís. A viagem dura cinco horas e é feita três vezes por semana.

“Tem hora que nem dá vontade de ir, mas é o jeito que tem eu ir”, reclamou.

Clínica de Chapadinha

O Ministério Público do Maranhão também investiga o uso de 2 milhões e 400 mil que haviam sido liberados para a obra da clínica em Chapadinha, a 247 km de São Luís, em um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No total, o governo havia reservado em 2014 quase sete milhões de reais para a construção de sete novos centros de hemodiálise no estado, mas até agora nenhum foi entregue. A obra da clínica de de Chapadinha deveria ter sido entregue em 2015.

Em 2016, uma liminar da justiça determinou que o Governo do Estado entregasse a clínica em um prazo de um ano sob pena de multa de 10 mil reais por dia. Até o fim do ano passado a multa já passava de um milhão de reais e atualmente a obra continua abandonada.

Em nota, o Governo do Maranhão informou que as obras tiveram de passar por readequação com relação ao projeto original. Também disse que a empresa responsável está concluindo um dos sete novos centros de hemodiálise, que fica na capital, e que depois seguirá com os serviços no interior do estado, mas não deu nenhum prazo novo para a conclusão das obras.

A nota diz ainda que o dinheiro liberado pelo BNDES para o Centro de Hemodiálise de Chapadinha continua disponível. Sobre a multa aplicada pela Justiça, o governo afirmou que vai recorrer da decisão.

Fonte: Neto Ferreira

Mantida condenação de Luís Moura e esposa no caso que resultou em morte do delegado Stênio Mendonça

Decisão unânime das Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a condenação de Luís de Moura Silva e Ilce Gabina de Moura Silva à pena de 19 anos e 6 meses de reclusão em regime fechado, negando o pedido de revisão criminal. A condenação decorreu do apontado envolvimento dos dois - ele, à época, delegado; ela, policial - no assassinato do delegado de Polícia Civil Stênio Mendonça, executado a tiros de revólver no dia 25 de maio de 1997, por volta das 11h30, na Avenida Litorânea, em São Luís.

A decisão do órgão colegiado do TJMA segue entendimentos já adotados em recursos do mesmo caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). Na época do crime, a ação foi organizada por uma série de pessoas, entre políticos, empresários, pistoleiros e integrantes da Secretaria de Segurança, interessadas em interromper investigação realizada pela vítima quanto ao roubo de cargas.

Anteriormente, inconformada com a decisão de condenação do juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri da capital, a defesa de Luís Moura e Ilce Gabina ajuizou apelação criminal, a qual fora parcialmente provida pela 1ª Câmara Criminal do TJMA, tão somente para assegurar ao condenado Luís de Moura o direito de aguardar, em liberdade, o trânsito em julgado da sentença condenatória e, ainda, para determinar o regime de cumprimento da pena dos réus, no inicialmente fechado, possibilitando a progressão do regime. Embargos de declaração contra a decisão foram rejeitados.

Depois, foram ajuizados recurso extraordinário e recurso especial, em 2006, os quais não foram admitidos à época pelo presidente do Tribunal. Novos embargos de declaração, de 2007, foram igualmente rejeitados, além de outros recursos.

Os réus ajuizaram uma revisão criminal, visando a rescisão da sentença condenatória, com o objetivo da absolvição dos requerentes, em razão da inexistência de prova da participação no crime e, subsidiariamente, a retificação das penas impostas para o mínimo legal.

Parecer da Procuradoria Geral da Justiça manifestou-se pela parcial procedência da Revisão Criminal, tão somente para que sejam retificadas as penas-base fixadas, por não restarem demonstrados elementos válidos para a majoração no quantum estabelecido.

VOTO - O relator, desembargador Bernardo Rodrigues, narrou que os requerentes alegaram, de forma genérica, que a condenação decorreu de perseguição política e do depoimento de Jorge Meres, o qual passou a ser, segundo eles, trunfo de acusação contra todos os desafetos.

O relator frisa que ocorre que tal pleito não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas nos incisos do dispositivo legal referente ao cabimento da ação revisional, eis que não foi aventada eventual contrariedade ao texto expresso da lei pena ou à evidência dos autos, tampouco que a sentença condenatória se fundou em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos e, menos ainda, o surgimento de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

Bernardo Rodrigues destacou que a revisão criminal não pode ser utilizada como uma nova instância recursal, sobretudo, em casos que envolvem Tribunal do Júri, visando garantir sua soberania, protegida constitucionalmente.

O desembargador verificou que tanto a materialidade como a autoria delitiva ficaram devidamente comprovadas. A materialidade pelo exame cadavérico, e a autoria pelos depoimentos de testemunhas, os quais relataram que os requerentes participaram de reuniões no sítio de Luís de Moura, no qual acertaram os detalhes do crime, razões pelas quais o relator julgou improcedente o pedido de absolvição.

Quanto ao pedido de redimensionamento da pena para o mínimo legal, o relator reproduziu trechos da sentença para analisar a insurgência de ambos contra o aumento de 7 anos e 6 meses de reclusão acima do mínimo legal, sob a alegação dos requerentes de que houve erro na aplicação da pena e de que outros condenados receberam penas menores.

O relator verificou que a pecha conferida aos requerentes, de possuidores de maus antecedentes não se

sustenta, pois não elencados os processos na sentença e não há outra condenação contra os dois até hoje. Por outro lado, o desembargador entende que a segunda qualificadora, crime cometido mediante emboscada, recurso que dificultou a defesa da vítima, pode ser usada como elemento a justificar o aumento do apenamento base, pois evidenciam um “plus” nas circunstâncias do crime, ainda mais se somadas ao fato de que os requerentes integravam as forças policiais do Estado, além de ter sido um crime premeditado, mediante o ajuste de várias pessoas.

Rodrigues prossegue, dizendo que também devidamente fundamentada a exasperação em razão das consequências do crime, pois “a vítima deixou filhos ainda em idade escolar e que foi morto um membro da Secretaria de Segurança do Estado, que constituía-se em um bom policial, trazendo, assim, prejuízo ao serviço público”.

Em relação à injustiça na aplicação da pena, ao argumento de que os chefes receberam apenamento menor, o relator deixou de conhecer, pois insuficientes os elementos nos autos a atestar qualquer quebra de isonomia ou do princípio da individualização da pena, notadamente as sentenças condenatórias.

Por fim, considerando razoável a pena aplicada e em consonância com a evidência dos autos, votou pela improcedência da revisão criminal, tendo sido acompanhado pelos demais presentes na sessão das Primeiras Criminais Reunidas.

Ex-juiz que já tentou matar irmão é preso em Imperatriz por coação de membros da Justiça e do Ministério Público

A Polícia Civil cumpriu nesta terça-feira (17) a um mandado de busca e apreensão contra o juiz de direito aposentado de Tocantins, Erivelton Cabral Silva. Ele responde a vários processos por porte de ilegal arma de fogo, ameaça, tentativa de Homicídio e agora é investigado por suspeitas de coagir membros do Ministério Público e do Poder Judiciário em processos criminais movidos contra ele.

A operação foi realizada em Imperatriz, a 630 km de São Luís, pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais do Maranhão (SEIC) e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO).

Segundo a polícia, durante as buscas foram apreendidos o notebook e dispositivos de mídia de Erivelton. Além disso, o ex-juiz foi autuado em flagrante por posse ilegal após 12 munições de pistola terem sido encontrados em sua casa.

O ex-magistrado foi encaminhado para a sede de Delegacia Regional de Imperatriz e pagou fiança de R\$ 7.000,00 para responder ao processo em liberdade.

Depois de ouvido na 11ª Delegacia, Erivelton Silva foi liberado.

Tentou matar o irmão no dia 17 de setembro de 2017

O juiz aposentado Erivelton Cabral Silva foi preso preventivamente no dia 18 de setembro de 2017, na cidade de Imperatriz.

O ex-magistrado, que trabalhou no vizinho estado do Tocantins, foi detido quando prestava depoimento na Delegacia de Homicídios. A prisão foi decretada pela juíza Ana Lucrécia, Titular da Primeira Vara Criminal.

No dia anterior, no estacionamento do Yate Clube de Imperatriz, Erivelton havia efetuado vários disparos contra o irmão, o médico Elton Cabral, e a sua namorada, Kesia Carmo, que foi atingida na perna.

O motivo da tentativa de homicídio seria uma briga que os irmãos travam por uma herança de família.

Na ocasião, o delegado Eduardo Galvão informou que Erivelton, em seu depoimento, disse que não pretendia matar o irmão, mas apenas feri-lo na perna para, em seguida, dizer "umas coisas ao mesmo".

O ex-magistrado foi recolhido em uma cela da 3ª Companhia da Polícia Militar.

Preso com armas em fevereiro de 2017

O ex-magistrado já havia sido preso no dia 22 de fevereiro de 2017 na cidade de Balsas. No momento da abordagem, ele estava em um táxi e fortemente armado.

Com ele, os policiais apreenderam uma pistola 380 e três carregadores com 13 cartuchos intactos, além de um revólver calibre 38.

Na ocasião, o ex-juiz disse que estava em Balsas para acertar um desentendimento pessoal com um irmão.

Joanino, desembargador José Jorge Figueiredo será homenageado pela Assembleia Legislativa

15 de julho de 2018 por Jailson Mendes | 10 Comentários

José Jorge ao lado do pres. do TJ, José Joaquim

O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos (foto abaixo) será homenageado pela Assembleia Legislativa com a concessão da Medalha do Mérito Legislativo “Manuel Beckman”, conforme o Projeto de Resolução Legislativa nº 046/18, de autoria do deputado Othelino Neto, presidente da Casa.

O deputado Othelino Neto - autor da proposição legislativa para a concessão da honraria - disse que a homenagem ao desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos é mais do que justa, tendo em vista os relevantes serviços prestados pelo magistrado à sociedade, à Justiça e ao Estado do Maranhão, ao longo de sua brilhante carreira na Magistratura.

Natural do Município de São João Batista (MA), o desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos nasceu no dia 03 de setembro. Filho de Liberino Santos dos Anjos (in memoriam) e Aldeíde Figueiredo dos Anjos, foi servidor do Tribunal de Justiça do Maranhão de 1977 a 1981. Exerceu, entre os anos de 1982 e 1987, o cargo de Delegado da Polícia Civil do Estado do Maranhão. Em 1987, foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito do Poder Judiciário do Maranhão, tendo atuado nas Comarcas de São Luiz Gonzaga do Maranhão, Viana e Caxias.

No ano de 1997 foi promovido ao cargo de Juiz Auxiliar da Capital, passando a atuar nos Juizados Especiais, Varas Cíveis e Criminais. Foi promovido para o cargo Juiz Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, em 2004. Entre os anos de 2007 e 2011, atuou como Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça. De 2012 a 2013, atuou como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, exercendo, em 2013, o cargo de Ouvidor daquela Corte Eleitoral. Foi de sua iniciativa a Resolução nº 8373/2013 que dispõe sobre o Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão nos termos da Lei nº 12.527/2011.

No ano de 2015 figurou pela terceira vez consecutiva na lista tríplice, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Em sessão plenária administrativa no 13 de dezembro de 2017 foi aclamado Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão pelos membros da Corte, por já ter figurado três vezes consecutivas na lista tríplice e ter sido eleito, por merecimento, Desembargador Substituto, em 2016, ficando apenas aguardando a oportunidade de uma nova vaga para acessar ao cargo.

Possui Especialização em Ciências Criminais pela Universidade CEUMA - UNICEUMA e Direito Constitucional pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB. Recebeu as seguintes condecorações: Medalha dos Bons Serviços “Bento Moreira Lima”, pelos 10 anos de Magistratura; 20 anos de Magistratura; e 30 anos de Magistratura. Ao acessar o Tribunal de Justiça do Maranhão, foi condecorado com a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes. Também recebeu a Medalha de Mérito “Ministro Arthur Quadros Collares Moreira”, pelos notáveis serviços prestados ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão; e Medalha do “4º Centenário de São Luís”, pelos serviços relevantes prestados à cidade de São Luís.

OAB MARANHÃO REITERA AO TJMA REQUERIMENTO DE CELERIDADE NO JULGAMENTO DO IRDR DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E DE IMPLANTAÇÃO DO ALVARÁ ELETRÔNICO

Publicado em julho 17, 2018 por Paulo Roberto

O presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz, esteve reunido com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para pedir celeridade no julgamento do PROCESSO N.º: 0008932-65.2016.8.10.0000 (539832016 - TJ/MA), ação que trata sobre empréstimos consignados.

“Essa é uma questão de grande interesse da advocacia maranhense, e, portanto, prioritária para a OAB/MA, mas que vai além, impacta toda a sociedade por conta do lado social sobretudo das pessoas mais idosas, além de mexer com a economia de vários municípios de nosso Estado. Por isso, reiteramos ao presidente do TJ Maranhão a importância da urgência no julgamento desta questão”, destacou o presidente da OAB Maranhão Thiago Diaz.

Na oportunidade, o presidente da OAB Maranhão relatou ao presidente do TJMA todo o trabalho de acompanhamento que a Seccional Maranhense da Ordem vem desenvolvendo nessa causa desde o ano passado, quando da realização de audiência pública na sede da OAB/MA, que reuniu mais de 300 pessoas entre advogados, entidades ligadas à defesa do consumidor e representantes bancários para tratar da questão, além de várias reuniões com diversos desembargadores, com destaque às reuniões realizadas com o relator do processo.

“A OAB não foi consultada ou procurada por ninguém antes da interposição deste Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, contudo, desde que tomamos conhecimento da questão temos envidado todos os esforços no sentido de obter o julgamento mais célere possível da demanda, motivo pelo qual, inclusive, apesar de ter intervido no processo como terceiro interessado, não apresentamos Embargos de Declaração ou qualquer outra medida que pudesse atrasar ainda mais o trâmite do mesmo. Entendemos a importância do incidente, entretanto, reputamos que o julgamento do mesmo é prioritário, pois afeta milhares de advogados e jurisdicionados”, ressaltou Thiago Diaz.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão mostrou-se sensível à importância e ao caráter social da demanda. A OAB Maranhão solicitou, ainda para esta semana, nova reunião com o Desembargador Jaime Ferreira de Araújo - relator do processo, para tratar da questão.

Medidas que a OAB já praticou

No mês de agosto de 2017, a OAB Maranhão e o Procon, após audiência pública realizada na Ordem, pediram ao Tribunal de Justiça do Maranhão que reconsiderasse sua decisão de suspender in totum a tramitação das ações que discutem empréstimos consignados no Estado, bem como foi pedido também, alternativamente, a modulação da decisão do TJMA, na medida em que a OAB entendeu que a instrução processual, a execução e a distribuição dos processos não poderiam ser paralisadas.

No final do mês de agosto, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo, relator do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 53983/2016 - admitido por maioria pelo pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) - proferiu despacho acatando o pleito de modulação apresentado pela OAB/MA, e orientando os magistrados do Maranhão no sentido de que deveriam manter a distribuição dos processos, a apreciação de liminares e as execuções em curso dos processos envolvendo empréstimos consignados.

A OAB/MA também realizou audiência pública sobre o tema no auditório de sua sede no Calhau, bem como participou, com sustentação oral do Presidente Thiago Diaz, da audiência pública realizada pelo TJMA, além de, ao longo deste período, já ter apresentado a diversos desembargadores parecer elaborado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem sobre as questões discutidas no IRDR.

Alvará Eletrônico

Com o propósito de dar maior celeridade aos trabalhos da advocacia maranhense, e de simplificar o dia a dia dos advogados e advogadas, o presidente da OAB/MA reforçou ao presidente do TJ Maranhão a importância da implantação do Alvará Eletrônico no judiciário maranhense.

Na oportunidade, Thiago Diaz explicou que ainda em 2016 manteve um diálogo com a Superintendência do Banco do Brasil e com o TJMA para a implantação dessa importante ferramenta, que beneficiará toda a advocacia maranhense. "A OAB/MA continua com o foco em conquistar melhorias para o dia a dia do advogado, implementar ações que valorizem o trabalho do profissional e eliminem os desgastes", disse o presidente da OAB-MA.

TJMA inaugura plataforma digital para mediação digital

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, acompanhado do presidente do Núcleo de Solução de Conflitos e Cidadania, desembargador José Luiz Almeida, inaugurou, nesta terça-feira (17) a Sala Mediação Digital, uma plataforma gratuita, segura e fácil de usar. Instalada no térreo do prédio sede do Tribunal, a ferramenta vai possibilitar - aos jurisdicionados - a efetivação de acordos de forma autônoma e rápida.

Antes da inauguração, foi feito o lançamento - no Salão Nobre do Tribunal de Justiça - do aplicativo para dispositivos móveis "Quero Conciliar" e do novo hot site da Conciliação, hospedado no portal do Poder Judiciário do Maranhão.

Na oportunidade, foi assinado ainda um termo de cooperação entre o Tribunal de Justiça e Defensoria Pública, visando a realização de pautas específicas de audiências de conciliação e mediação pré-processuais, na área de família, com imediata formulação de pedido judicial adequado e cabível, para os casos em que não houver solução autocompositiva.

Em seu pronunciamento, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, elogiou o trabalho do Núcleo de Solução de Conflitos que - segundo ele - vem superando a ideia de que o reconhecimento e a concretização de direitos só são possíveis pela via judicial, incentivando constantemente a busca de soluções de consenso nos litígios em diversos centros de conciliação distribuídos em várias regiões do Maranhão.

O desembargador José Luiz Ameida, por sua vez, disse que a inauguração da Sala de Mediação Digital representa a extensão de um importante projeto desenvolvido pelo Poder Judiciário no que concerne à Conciliação. "É a fixação do entendimento de que o exercício da cidadania precisa ser priorizado", assinalou o desembargador.

PARCERIA - Referindo-se à parceria celebrada entre o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Maranhão, o defensor público-Geral do Estado, Alberto Pessoas Bastos, afirmou que a assinatura do Termo de Cooperação entre as duas instituições vai garantir mais celeridade às demandas relacionadas à família.

Já o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu - responsável pela apresentação do novo hot site da Conciliação e do aplicativo para dispositivos móveis "Quero Conciliar" - disse que os dois instrumentos são muito importantes no trabalho em prol da composição amigável do litígio, tendo o papel de estimular diálogos construtivos e positivos.

Participaram do evento os desembargadores Luiz Gonzaga Almeida Filho e Vicente de Paula, o diretor da Corregedoria Geral da Justiça, juiz Marcelo Moreira - representando o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; o juiz Angelo Santos (presidente da AMMA); o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, o presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem, Ivaldo Prado, além de juízes, advogados, diretores e servidores do tribunal.

EM SÃO LUÍS ENQUANTO A JUSTIÇA FAZ VISTAS GROSSAS, CULTOS POLÍTICOS-RELIGIOSOS EM CAMPANHA FORA DE ÉPOCA CONTINUAM

Em São Luís-MA encontro-políticos religiosos acontecem todo fim de semana. pastores, governo e aliados, estão transformando as igrejas em Mercado Político Financeiro

Enquanto no Rio de Janeiro a justiça, manda o prefeito Crivella parar de usar a máquina administrativa para favorecimento de pastores de igrejas evangélicas, a justiça do Maranhão cruza os braços e faz vistas grossas, para as denúncias de um suposto esquema de negociatas dentro de determinadas Igrejas, envolvendo o Governo do Estado, Prefeitura de São Luís-MA, políticos aliados, secretários do Estado, Município e coordenação do Programa Minha Casa Minha Vida no Maranhão.

Entenda o caso:

No final de janeiro de 2018 o Departamento de Jornalismo SJNOTÍCIASMA, deflagrou a Operação Em Busca da Verdade, com a missão de fazer um minucioso trabalho jornalístico investigativo, referente as denúncias de um suposto esquema montado pelo Governo do Maranhão, para compra de votos antecipadas junto aos fiéis de determinadas Igrejas Evangélicas.

Durante esse período a Operação Em Busca da Verdade, ouviu atentamente as denúncias de como funciona esse suposto esquema de corrupção eleitoral com suposto envolvimento do governo Estado e do município, políticos, aliados políticos do governador Flávio Dino, pastores e um alto funcionário da Caixa Econômica Federal do Maranhão, capelães e líderes evangélicos de várias igrejas da capital e do interior maranhense.

Consta nas denúncias que o governador Flávio Dino estaria usando a máquina administrativa do Estado e do município, uma vez que o prefeito Edivaldo Holanda Júnior também tem participado das reuniões nas igrejas evangélicas e por tabela Flávio Dino estaria usando também máquina administrativa federal uma vez que segundo a fonte, essas reuniões de negociatas de votos conta com a participação de um alto funcionário da Caixa Econômica do Maranhão que coordena o Programa Minha Casa Minha Vida no Maranhão.

Ex-juiz é preso no Maranhão por coação de membros da Justiça e do Ministério Público

Erivelton Cabral Silva responde a vários processos por porte de ilegal arma de fogo, ameaça e tentativa de homicídio. Operação foi realizada na cidade de Imperatriz.

A Polícia Civil cumpriu nesta terça-feira (17) a um mandado de busca e apreensão contra o juiz de direito aposentado de Tocantins, Erivelton Cabral Silva. Ele responde a vários processos por porte de ilegal arma de fogo, ameaça, tentativa de Homicídio e agora é investigado por suspeitas de coagir membros do Ministério Público e do Poder Judiciário em processos criminais movidos contra ele.

A operação foi realizada em Imperatriz, a 630 km de São Luís, pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais do Maranhão (SEIC) e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO).

Segundo a polícia, durante as buscas foram apreendidos o notebook e dispositivos de mídia de Erivelton. Além disso, o ex-juiz foi autuado em flagrante por posse ilegal após 12 munições de pistola terem sido encontrados em sua casa.

Polícia apreendeu na casa de Erivelton um notebook e munições de pistola (Foto: Divulgação/Polícia Civil)
Polícia apreendeu na casa de Erivelton um notebook e munições de pistola (Foto: Divulgação/Polícia Civil)
Polícia apreendeu na casa de Erivelton um notebook e munições de pistola (Foto: Divulgação/Polícia Civil)
O ex-magistrado foi encaminhado para a sede de Delegacia Regional de Imperatriz e pagou fiança de R\$ 7.000,00 para responder ao processo em liberdade. O G1 tentou contato com o ex-juiz Erivelton Cabral, mas ele não foi encontrado.

Mesmo após decisão judicial, obras em clínicas de hemodiálise seguem paradas no Maranhão

Clínicas de hemodiálise que já deveriam ter sido inauguradas pelo Governo do Estado seguem com obras paradas ou lentas no Maranhão. Enquanto isso, pacientes renais crônicos no interior do Maranhão seguem sofrendo com longas viagens para fazer o tratamento na capital. Em maio, uma decisão da justiça determinou o bloqueio de um milhão e dez mil reais das contas do governo do estado para a realização das obras, mas nada mudou.

Quando chegam na capital os pacientes do interior passam quatro horas nas máquinas de hemodiálise, saem debilitados depois do processo agressivo de filtragem do sangue e seguem viagem de volta pra casa.

O Ministério Público do Maranhão também investiga o uso de 2 milhões e 400 mil que haviam sido liberados para a obra da clínica em Chapadinha, a 247 km de São Luís, em um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No total, o governo havia reservado em 2014 quase sete milhões de reais para a construção de sete novos centros de hemodiálise no estado, mas até agora nenhum foi entregue. A obra da clínica de de Chapadinha deveria ter sido entregue em 2015.

Em 2016, uma liminar da justiça determinou que o Governo do Estado entregasse a clínica em um prazo de um ano sob pena de multa de 10 mil reais por dia. Até o fim do ano passado a multa já passava de um milhão de reais e atualmente a obra continua abandonada.

Justiça conectada

O TJ-MA ganha hoje uma Sala de Mediação Digital, a ser instalada na sede do Judiciário. Na ocasião, será lançado o aplicativo para dispositivos móveis ATTENDE, com função de efetuar agendamento de mediações no Poder Judiciário em celulares e tablets.

TJMA inaugura Sala de Mediação Digital

Espaço criado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão vai possibilitar que as partes construam acordos de forma autônoma

17/07/2018

BRASÍLIA - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, inaugura, hoje, às 9h, em evento no Salão Nobre do TJMA, a Sala de Mediação Digital, instalada no térreo do prédio-sede da Corte, que vai possibilitar que as partes construam acordos de forma autônoma. A plataforma é gratuita, segura e fácil de usar.

O desembargador Joaquim Figueiredo do Anjos garantiu que o Poder Judiciário do Maranhão - por meio do Núcleo de Solução de Conflitos, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida - continuará trabalhando no sentido de reduzir a litigiosidade utilizando os mecanismos de conciliação, para ele uma iniciativa válida e importante.

“Diante de uma demanda processual altíssima, faz-se necessário positivar o instituto da conciliação, para que a resolução consensual seja priorizada. Para isso, decidimos instalar, no próprio prédio do Tribunal de Justiça, uma sala de Mediação Digital, visando sempre a um ganho social maior com os métodos alternativos de resolução de litígios, no âmbito da Justiça maranhense”, ressaltou.

Durante a solenidade, no Salão Nobre do Tribunal, será assinado termo de cooperação com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE), visando à realização de pautas específicas de audiências de conciliação e mediação pré-processuais, na área de família, com imediata formulação de pedido judicial adequado e cabível, para os casos em que não houver solução autocompositiva.

Na oportunidade, também será lançada a nova página da Conciliação, no portal do Judiciário; além do aplicativo para dispositivos móveis “Quero Conciliar”, desenvolvido pela Diretoria de Informática e idealizado pela equipe do Núcleo de Conciliação, uma ferramenta pensada de forma a oportunizar o diálogo entre as partes, por meio digital, visando à solução consensual de conflitos, de forma ágil, simples e sem restrições físicas.

Polícia apreende bens de juiz aposentado acusado de ameaçar membros do judiciário em Imperatriz

Erivelton Cabral Silva chegou a ser autuado e preso por posse ilegal de munição mas foi solto logo em seguida

O Juiz aposentado Erivelton Cabral Silva teve bens confiscados (e foi detido) após ameaçar servidores do Ministério Público e do Poder Judiciário de Imperatriz que estão ligados às investigações de crimes cometidos pelo ex-magistrado.

A operação de busca e apreensão em desfavor do ex-juiz ocorreu na manhã desta terça-feira (17), na cidade de Imperatriz. Erivelton Cabral foi juiz no Estado do Tocantins e preso em 2017 por tentativa de homicídio contra o próprio irmão, Elton Cabral, atingido com um tiro no abdômen. Relembre o caso [AQUI](#)

Ele também responde a vários processos na justiça por crimes como porte de arma de fogo e ameaça. O ex-juiz também está sendo investigado pelo departamento de combate ao crime organizado da Superintendência Estadual de Investigações Criminais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) por suspeitas de coagir membros do Ministério Público e do Poder Judiciário no curso de um dos processos criminais movido contra ele.

Durante as buscas em sua residência foram apreendidos notebook e vários dispositivos de mídia, além de 12 munições dos calibres .38 e .380, sendo, por isso, autuado em flagrante delito pelo crime de posse ilegal de munição. O ex-magistrado foi encaminhado para a sede de delegacia regional de Imperatriz para as formalidades legais.

Juiz aposentado paga fiança de R\$ 7 mil após por suspeita de coação

O juiz aposentado do estado do Tocantins, Erivelton Cabral Silva, foi preso nesta terça-feira (17) em cumprimento a mandado de busca e apreensão na cidade de Imperatriz, a 620 quilômetros da capital.

vídeo em <https://youtu.be/4hDJXN9e8Ys>

Juiz aposentado é preso por suposta coação a membros da justiça e MP

Foi preso nesta terça-feira (17) em cumprimento a mandado de busca e apreensão na cidade de Imperatriz, a 620 quilômetros da capital maranhense, o juiz aposentado do estado do Tocantins, Erivelton Cabral Silva.

Erivelton já responde a processos pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo, ameaça e tentativa de homicídio, e está sendo investigado pelo Departamento de Combate ao Crime Organizado da SEIC por suspeitas de coagir membros do Ministério Público e do Poder Judiciário no curso de um dos processos criminais movido contra ele. A operação foi desencadeada por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Durante as diligências, foram apreendidos um notebook, dispositivos de mídia e munições. O ex-magistrado foi encaminhado para a sede de Delegacia Regional de Imperatriz para as formalidades legais, recolhendo à justiça a fiança arbitrada em R\$ 7 mil para responder em liberdade. O novo crime praticado por Erivelton já foi comunicado ao juízo que lhe concedera o benefício da liberdade provisória, que pode revogar a decisão anterior e redcretar a sua Prisão Preventiva.

AMEAÇAS

No ano passado, Erivelton já havia feito ameaças ao próprio irmão, Elton Cabral Silva, por conta de uma briga por herança. A perseguição foi registrada por câmeras de segurança. Na época, o irmão do ex-delegado da Polícia Civil e a companheira dele foram baleados. Eles receberam atendimento médico e foram liberados. Também em 2017, Erivelton foi preso com um revólver e uma pistola, mesmo sem porte de arma.

Assista abaixo a reportagem exibida no Jornal 'Na Hora D' do dia 19 de setembro de 2017: <https://youtu.be/aqEx5wg2LII>

Mesmo após decisão judicial, obras em clínicas de hemodiálise seguem paradas no Maranhão

A Justiça já multou o governo do estado por não entregar clínicas no interior do Maranhão que já deveriam ser inauguradas. Enquanto isso, pacientes renais crônicos sofrem em viagens desgastantes para fazer hemodiálise em São Luís.

Clínicas de hemodiálise que já deveriam ter sido inauguradas pelo Governo do Estado seguem com obras paradas ou lentas no Maranhão. Enquanto isso, pacientes renais crônicos no interior do Maranhão seguem sofrendo com longas viagens para fazer o tratamento na capital.

Em maio, uma decisão da justiça determinou o bloqueio de um milhão e dez mil reais das contas do governo do estado para a realização das obras, mas nada mudou.

“Quando nós tomamos conhecimento dessa situação, quando tivemos notícias de que pessoas estavam fazendo esse tratamento em situações totalmente extenuantes... cansativas... viajando três vezes por semana, nós começamos a conversar com essas pessoas e reunir as provas. Demos entrada com uma ação civil pública para obrigar o estado a construir esse centro de hemodiálise”, afirmou o defensor público Renan Barros dos Reis.

Quando chegam na capital os pacientes do interior passam quatro horas nas máquinas de hemodiálise, saem debilitados depois do processo agressivo de filtragem do sangue e seguem viagem de volta pra casa.

Na volta são mais cinco horas e só chegam em casa no fim da noite. Maria Amorim de Souza, paciente renal de Chapadinha, precisa madrugar para conseguir a condução que a levará até São Luís. A viagem dura cinco horas e é feita três vezes por semana.

“Tem hora que nem dá vontade de ir, mas é o jeito que tem eu ir”, reclamou.

Clínica de Chapadinha

O Ministério Público do Maranhão também investiga o uso de 2 milhões e 400 mil que haviam sido liberados para a obra da clínica em Chapadinha, a 247 km de São Luís, em um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No total, o governo havia reservado em 2014 quase sete milhões de reais para a construção de sete novos centros de hemodiálise no estado, mas até agora nenhum foi entregue. A obra da clínica de de Chapadinha deveria ter sido entregue em 2015.

Em 2016, uma liminar da justiça determinou que o Governo do Estado entregasse a clínica em um prazo de um ano sob pena de multa de 10 mil reais por dia. Até o fim do ano passado a multa já passava de um milhão de reais e atualmente a obra continua abandonada.

Em nota, o Governo do Maranhão informou que as obras tiveram de passar por readequação com relação ao projeto original. Também disse que a empresa responsável está concluindo um dos sete novos centros de hemodiálise, que fica na capital, e que depois seguirá com os serviços no interior do estado, mas não deu nenhum prazo novo para a conclusão das obras.

A nota diz ainda que o dinheiro liberado pelo BNDES para o Centro de Hemodiálise de Chapadinha continua disponível. Sobre a multa aplicada pela Justiça, o governo afirmou que vai recorrer da decisão.

MARANHÃO TJMA inaugura a Sala de Mediação Digital

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugurou na manhã desta terça (17) a sala de Mediação digital, instalada no térreo do prédio sede da Corte, a plataforma é gratuita, segura e promete ser fácil de usar. O espaço foi inaugurado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, O desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos.

A Sala de Mediação Digital é uma iniciativa entre o TJMA e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE), que tem o objetivo de conseguir acordos em audiências pré-processuais na área familiar. A iniciativa prevê celeridade em diversos processos que ainda aguardam resposta e em diversos outros que nem precisariam ir para instâncias superiores. É possível acessar o aplicativo também pelo celular, “Quero Conciliar”.

O que é Mediação?

A mediação é um processo voluntário que oferece àqueles que estão vivenciando um conflito familiar, a oportunidade e para solucionar o problema de forma mais rápida e sem burocracia. Questões relativas à separação, sustento e guarda de crianças, visitação, pagamento de pensões, divisão de bens e outras matérias, são temas da Sala Digital.

O que acontece na mediação?

Os mediadores conduzem uma conversa entre as partes. Os mediadores falarão com as partes em conjunto ou separadamente, solicitando que cada um anote por escrito todas as questões que queiram debater. As sessões têm normalmente duas horas de duração, pode ter até quatro sessões para chegar a alguma solução.